



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

CHIRLAINY CRISTINA ALVES DE SOUZA

**REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I
DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CAIÇARA-PB**

**GUARABIRA-PB
2021**

CHIRLAINY CRISTINA ALVES DE SOUZA

**REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM CAIÇARA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Josilene Rodrigues da Silva

**GUARABIRA-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729r Souza, Chirlainy Cristina Alves de.
Reflexões sobre o preconceito racial e práticas pedagógicas de professoras do ensino fundamental I de uma escola municipal em Caiçara-PB [manuscrito] / Chirlainy Cristina Alves de Souza. - 2021.
52 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação : Profa. Ma. Josilene Rodrigues da Silva, Departamento de Educação - CH."

1. Educadora. 2. Lei N°10639. 3. Racismo. 4. Identidade racial. I. Título

21. ed. CDD 320.981

CHIRLAINY CRISTINA ALVES DE SOUZA

**REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA
MUNICIPAL EM CAIÇARA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Pedagogia.

Área de concentração: .

Aprovada em: 04 / 10 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Josilene Rodrigues da Silva

Prof. Ma. Josilene Rodrigues da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Elizangela Dias Santiago

Prof. Ma. Elizangela Dias Santiago
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sheila Gomes de Melo

Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

A meus pai Francisco e Chirlene, minha irmã Crislainy e meu tio David Alves, os quais são bases primordiais na minha vida e maiores exemplos. Por todo apoio, incentivo e companheirismo em todos os momentos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por mais uma conquista em minha vida, agora sendo uma benção acadêmica e profissional. Desde criança um dos meus sonhos era poder me formar em pedagogia para ensinar e Deus me proporcionou melhor do que imaginei.

Agradeço em especial ao meu pai Francisco, minha mãe Chirlene, minha irmã Crislainy e ao meu tio David Alves, os quais são muito especiais para mim e estiveram comigo em todo o processo percorrido até aqui, sempre me auxiliando, aconselhando e não me deixando desistir em momento algum. É uma imensa alegria poder dividir esse momento com vocês que são os meus melhores amigos e minha família de ouro.

Agradeço a minha amiga e orientadora Josilene Rodrigues por toda a ajuda, orientação e paciência comigo no decorrer do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço às professoras: Sheila Gomes de Melo e Elizangela Dias Santiago pelas críticas e sugestões construtivas que auxiliaram para o êxito deste trabalho.

Agradeço a escola a qual foi aplicada a pesquisa, que esteve comigo em todo o processo da minha graduação e a cada colaboradora que, além de amigas e companheiras de área, se dispuseram a me auxiliar.

Muito obrigada!

Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário. (Nelson Mandela)

REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CAIÇARA-PB

Chirlainy Cristina Alves de Souza¹
Josilene Rodrigues da Silva²

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar as percepções de professoras do Ensino Fundamental I a respeito de preconceito racial em sala de aula, abordando estratégias e meios que docentes e gestores têm utilizado para minimizar atos racistas nas instituições educacionais. Para isso, destaca-se como o preconceito racial é tido atualmente pela sociedade, identificando a pouca inserção de educadoras negras em espaços formais e reconhecendo a importância de trabalhar a heterogeneidade cultural, étnica e racial no contexto social e educacional. Para êxito na compreensão do trabalho, dialoga-se com a Lei N°10.639 (BRASIL, 2003) e o pensamento de autores como Lima e Silva (2016), Canen e Xavier (2011), Gomes (1996), Silva (2012), Santos (2007), Almeida (2019), Domingues (2007), alguns *Blogs* e *Sites*, principalmente como o Geledés, os quais contribuíram para o desenvolvimento da compreensão sobre o tema em questão. Por fim, apresenta-se as concepções e posicionamentos de duas professoras e uma gestora de uma escola na cidade de Caiçara-PB, obtidas através de um questionário aplicado pelo *Google Forms*, referente ao conceito de racismo e discriminação racial, levando-as a refletir sobre o modo como o racismo se apresenta em sala de aula, tendo em vista que as educadoras negras enfrentam também o racismo, seja ele por meio da atitude dos discentes ou dos próprios profissionais e colegas de trabalho. Tais reflexões contribuíram para que os docentes em atuação e em formação aprimorassem sua prática pedagógica em sala de aula adicionando mais conteúdos que abordem a cultura negra e desenvolvendo projetos que tratem das relações étnico-raciais e miscigenação existentes em nosso país.

Palavras-chave: Educadoras. Lei N°10.639. Racismo. Identidade Racial.

¹ Aluna concluinte do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

² Orientadora Professora Substituta do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

ABSTRACT

This academic project aims to analyze the perceptions of elementary school teachers about racial prejudice in their work by addressing strategies that schoolmasters use to reduce racism in school. We will talk about the inclusion of black female teachers in public elementary schools. We will dialogue with law N°10.639/2003, and the thinking of authors such as: Lima and Silva (2016), Canen and Xavier (2011), Gomes (1996), Silva (2012), Santos (2007), Almeida (2019), Domingues (2007), some Blogs and Sites, such as: Geledés, which contributed to the understanding of the topic discussed here. And finally, we will talk about the professional conceptions and positions of two teachers and a principal of a school in the Caiçara-PB city, obtained through a questionnaire applied via Google Forms, referring to the concept of racism and racial discrimination, reflecting on the way in which racism presents itself at school, taking into account what black teachers faced, through the words of students or through co-workers. These reflections will contribute to the formation of teachers, improving their pedagogical practice in the classroom, as well as: working on content that addresses black culture, developing projects that speak of ethnicracial relations and miscegenation existing in our country.

Keywords: Teachers, Racism, Teaching Practice, Law N°10.639/2003.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS	12
2.1	Bases Estruturais do Racismo no Brasil	14
2.2	Racismo: entre Negativas e Perspectivas.....	15
2.3	Importância dos Movimentos Sociais Negros	17
3	A DOCÊNCIA FRENTE AO RACISMO EM SALA DE AULA	20
4	METODOLOGIA	24
4.1	Instrumento de Pesquisa	24
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5.1	Perfil das Colaboradoras	26
5.2	Sobre Discriminação Racial e Prática Docente	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	44
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO – DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL I	46
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL I	47
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO – GESTÃO ESCOLAR	49

1 INTRODUÇÃO

Falar de racismo ou preconceito racial é um assunto um tanto polêmico, mas urgente, uma vez que, majoritariamente, pessoas negras são alvo de críticas, violências verbais, físicas e discriminações por sua cor. Apesar da existência de leis punitivas (tais como a Lei nº 7.716/1996, a qual estabelece que é inadmissível qualquer crime decorrente de preconceitos relacionados à cor, raça, religião) para quem pratica racismo (mesmo que, muitas vezes, não sejam eficazes para o combate ou prevenção de tal discriminação), a realização de debates, campanhas e inserção desse tema nas escolas é de suma importância, dado que diariamente pessoas negras sofrem atos racistas. Vale enfatizar que desigualdades sociais, econômicas, educacionais e políticas são fatores que estão diretamente ligados ao preconceito racial caracterizados por padrões estabelecidos pela sociedade.

O racismo não está associado a uma teoria científica, entretanto refere-se a um agrupamento de opiniões cujo indispensável investimento é valorizar as diferenças biológicas existentes entre os seres humanos, contribuindo, conseqüentemente, para que alguns presumam ser superiores aos outros por sua diferença racial (GELEDÉS, 2019). Desse modo, torna-se mister ressaltar que, desde tempos primórdios, o racismo tem, continuamente, obtido forças distintas e inenarráveis.

Inquestionavelmente, abordar o racismo em sala de aula faz-se essencial, pois estará contribuindo para a formação intelectual e pessoal do sujeito, favorecendo o respeito à multiplicidade racial existente em nosso país, tendo em vista que a representatividade negra em cargos tidos socialmente como superiores (docência, advocacia, medicina etc.) ainda é mínima. Assim, ressalta-se a importância de se buscar novos meios para combater as mais diversas maneiras que o racismo possa se apresentar.

É certo afirmar que a docência, principalmente no ensino infantil e fundamental I, foi vista, por muitos anos, como "uma profissão predominantemente feminina". Essa visão relacionava-se com a ideia advinda do Período Colonial de que mulher era concebida exclusivamente para o lar, destacando-se como boa esposa e boa mãe, estando apta, assim, para a docência. Porém, vale destacar que a mulher conquistou (e conquista) continuamente seu espaço na sociedade.

Portanto, a relevância social e acadêmica de pesquisas como esta é vista ao se perceber que, embora as políticas educacionais e diversos setores da sociedade

contemporânea chamem atenção para o combate e para a presença do racismo nas instituições sociais, ainda existe uma parcela de pessoas negras que, mesmo inseridas no contexto social e educacional brasileiro, são invisibilizadas. Frente ao evidenciado, observa-se que, em algumas escolas e universidades públicas, existe a falta de aceitação de pessoas que possuem etnias e cores distintas, tendo muitas das vezes somente as "inserido", mas não as "incluído", negligenciando, desse modo, o respeito ao próximo.

Diante do exposto, este trabalho tem por finalidade analisar as percepções de professoras do ensino fundamental I a respeito de preconceito racial em sala de aula, abordando estratégias e meios que docentes e gestores têm utilizado para minimizar atos racistas nas instituições educacionais. Para isso, tem-se, como objetivos específicos: descrever como o preconceito racial é tido atualmente pela sociedade, identificar a pouca inserção de educadoras negras em espaços formais, reconhecer a importância de trabalhar a heterogeneidade cultural, étnica e racial no contexto social e educacional para, por fim, analisar as interferências do preconceito racial e as consequências relacionadas à atuação das docentes negras em sala de aula.

Para êxito do trabalho, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, tendo ênfase no aprofundamento da relação vigente e na criação de meios para preveni-lo e combatê-lo. Desse modo, este texto configura-se como uma pesquisa bibliográfica que aprimora a fundamentação teórica e enfatiza a visão de alguns autores como Freire (1996), Sales (2017), Castanha (2018), Munanga (2005), Gomes (1996), bem como sites com reportagens que abordam a temática, que contribuirão para a elucidação da situação do racismo no cotidiano educacional. O instrumento escolhido para construir os dados foi a aplicação de um questionário respondido por duas professoras e uma gestora de uma escola situada na cidade de Caiçara, município do estado da Paraíba.

Em relação à estrutura desta pesquisa, tem-se a seguinte organização: a primeira seção apresenta uma breve discussão referente ao conceito de racismo e a quais situações ele está ligado. Na segunda seção, serão abordados alguns marcos que regulamentam a educação para relações étnico-raciais, ou seja, algumas leis que foram de suma importância para o ensino ligados à etnia racial serão apresentadas, enfatizando a lei nº10.639/2003, a qual, indubitavelmente, teve uma grande importância para o ensino da história e da cultura afro-brasileira em sala de aula.

Posteriormente, serão discutidas as bases estruturais e como o racismo pode se apresentar no cotidiano. Assim, o Movimento Negro Unificado (MNU), que representou uma conquista histórica na luta contra a discriminação racial no Brasil, será melhor conhecido. Após isso, serão trazidos autores que expõem como a docência age frente ao racismo em sala de aula, salientando o progresso da atuação feminina no sistema de trabalho, principalmente na educação. Na terceira seção, exemplificar-se-á a metodologia do trabalho vigente, destacando como ocorreu a elaboração e a aplicação da pesquisa e os dados apresentados pelas contribuintes da análise.

A ultimato, na quarta seção, serão analisados os dados coletados por meio do questionário virtualmente aplicado aos profissionais de educação. Através deles, será destacado como cada um vê a discriminação racial em nosso país, evidenciando se já presenciaram atitudes racistas no cotidiano escolar, tanto entre os alunos quanto entre os alunos e professoras, assim como será salientada a forma que a escola tem utilizado para se contrapor às diversas manifestações de racismo dentro da instituição escolar.

Tais seções contribuirão para o despertar dos profissionais de educação no que se refere a exercer uma prática de inclusão e valorização das diferenças culturais e étnicas, procurando destacar quais meios as educadoras costumam utilizar para minimizar casos discriminatórios dentro do âmbito educacional. Desse modo, estará favorecendo o desenvolvimento dos alunos que praticam o racismo com colegas e professores, permitindo-os reavaliar seus conceitos e atitudes pejorativas.

2 MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS

É notório que, desde o período escravocrata (1530-1888) até os dias de hoje, as pessoas negras que não tiveram oportunidade de se alfabetizarem, estando, por conseguinte, em uma situação de vulnerabilidade, têm seus direitos negados. Mesmo após se estabelecer políticas educacionais que possibilitem a discussão dessa temática em sala de aula e a implantação de leis punitivas para quem pratica atos racistas, o racismo ainda é constante nos meios sociais.

Desde o momento que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea (1888), percebe-se que o indivíduo negro passou a ser considerado como "ex-escravo". Contudo, não obteve a garantia de uma vida sem preconceitos e discriminações raciais após a escravidão, uma vez que a lei visava somente a liberdade individual, não a inserção social. Deste modo, muitos negros tiveram que deixar suas famílias, abandonando, assim, sua identidade e raízes.

No ano de 1948, logo após a segunda Guerra Mundial, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que, apesar de não ser caracterizada como lei, possibilitou que o indivíduo negro ocupasse as diversas esferas sociais, permitindo-lhe desenvolver sua autonomia e subjetividade, já que propõe, a exemplo dos Artigos 4º e 5º, que "ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas" e "ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Posteriormente, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, mais precisamente no ano de 1988, com a ênfase em assegurar a constitucionalidade e em impedir golpes que viessem a violar os direitos humanos. De acordo com a Constituição (1988, S/p):

XLII—a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII—a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

No que diz respeito às leis existentes ligadas à educação brasileira que regulamentam o ensino étnico-racial no âmbito formal, pode-se enfatizar,

principalmente, que o primeiro passo foi dado no dia 09 de janeiro de 2003, dia em que foi sancionada a lei nº10.639 (2003, S/p). Ela diz que:

[...] o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A lei em questão veio alterar a LDB (Lei nº 9.994, de 20 de novembro de 1996), acrescentando os artigos 26-A, 79-A e 79-B, os quais vêm impor a inclusão de conteúdos nas disciplinas da história do Brasil, literatura e artes. A partir dessa modificação na LDB, passou-se a incluir e discutir temas raciais na educação brasileira, o que possibilitou debates e práticas pedagógicas que objetivam a minimização de preconceitos e racismo existentes no Brasil.

De acordo com Rodrigues (2017, p. 21), pode-se destacar que a Lei nº10.639 foi "impulsionadora do avanço nos debates e ações afirmativas na busca por mais igualdade racial, cultural e social [...]", pois tem por ênfase estabelecer o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira com o intuito de valorizar a culturalização existente em nosso país, colaborando para o desenvolvimento integral do aluno, possibilitando que ele venha conhecer e ter contato com a sua origem e estabelecendo o respeito, desde cedo, às demais culturas. Desse modo, Munanga (2005, p. 16) vem expor que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas [...]. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

A existência de uma lei que evidencie a inclusão da história e cultura da população negra é uma conquista do movimento negro, pois estabelece conteúdos programáticos que provocam e o reconhecimento racial, cultural e histórico que contribuirá para que se tenha, no contexto educacional, um "instrumento de difusão da subordinação racial, tentando inverter essa lógica para transformá-lo em

instrumento da luta antirracista” (NEGREIROS, 2017. p. 16). Ou seja, proporcionando a preservação e valorização da população negra.

2.1 Bases Estruturais do Racismo no Brasil

De acordo com um documentário desenvolvido com Munanga (2014), no *YouTube*, se torna impossível destacar o motivo das manifestações racistas, pois “trata-se de um fenômeno tão complexo, tão dinâmico no tempo e espaço, que é difícil encontrar uma única definição, como é muito difícil encontrar uma única receita de combate”. Contudo, pode-se afirmar que suas origens têm como fator primordial a escravidão.

Sabe-se que a escravidão teve início no século XVI com a chegada dos portugueses em nosso país traficando africanos em seus navios negreiros. Os que conseguiam chegar com vida eram comercializados e os que acabavam morrendo eram atirados ao mar. Segundo a Biblioteca Nacional (1988, p. 9):

O Brasil, em razão de sua dimensão e da ausência de preocupação com a reprodução biológica dos negros, foi o maior importador de escravos das Américas. Estudos recentes estimam em quase 10 milhões o número de negros transferidos para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX. Para o Brasil teriam vindo em torno de 3.650.000.

Nesse período, mais conhecido por período Colonial, o Brasil ainda era um país povoado por diversos grupos indígenas, os quais tinham o propósito de executar trabalhos exclusivamente para a sua sobrevivência. Desse modo, os portugueses arquitetaram utilizá-los como escravos, porém, vendo suas atividades, optaram por cristianizá-los. Tendo em vista tal atitude, a Biblioteca Nacional (1988, p. 11) exemplifica que:

Os negros deviam aprender a língua portuguesa e a religião católica, único bem moral que recebiam dos brancos. Logo que chegavam ao Brasil, os africanos eram batizados e recebiam nomes cristãos, sendo em geral perseguida a prática dos cultos africanos.

Entretanto, pode-se salientar que o trabalho dos negros consistia em moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, sapataria etc. Com a elevação dos trabalhos nas lavouras, principalmente nos engenhos de cana de açúcar, fez-se “essencial” recorrer aos trabalhadores que tivessem muita

disposição e mão de obra forte para o êxito do trabalho, então ocasionou que obrigasse os negros a exercerem atividades rurais. As autoras Lima e Silva (2016, p. 3) vêm destacar que:

As condições de trabalho eram precárias e desumanas, qualquer distração era motivo para que eles fossem chicoteados, a alimentação era regrada, durante a noite eles viviam presos em senzalas, muitos tentavam fugir, mas eram impedidos e castigados.

Por volta do século XIX, começa-se a implantar os escravos de ganho ou de aluguel, período em que a ênfase primordial era dividir os lucros conseguidos com seus trabalhos pesados nas ruas.

Sabe-se que Portugal já usufruía do negro como mão de obra escrava e no Brasil não foi diferente: costumava-se colocar para a assistência na agricultura, nas minas de ouro ou na exploração dos próprios corpos e isso ocorria, principalmente, com as mulheres. Foi levado em conta, de acordo com Pinheiro e Maia (2017, p. 12),

[...] a sua capacidade de aumentar o número de escravos de um senhor e consequentemente seu patrimônio, ou de serem utilizadas para os trabalhos da intimidade ou no serviço de “portas adentro”, tornando-se com frequência concubinas de homens livres – algo raro para o caso dos escravos homens.

Contudo, para as escravas libertas, o senhor acabava obrigando-as, de maneira imperceptível, a ficar e a perder sua liberdade, pois teria um filho que se tornaria escravo e o seu senhor faria questão disso. Desde o período de início do trabalho escravo em nosso país até a assinatura da Lei Áurea, que ocorreu em 1888, foram mais de três séculos de escravidão. Ainda hoje, em pleno século XXI, práticas de trabalho análogo à escravidão são comuns no Brasil.

2.2. Racismo: entre negativas e perspectivas

O racismo se apresenta nos mais variados contextos e âmbitos existentes em nossa sociedade: educação (escolas, ruas, igrejas), trabalho, religião (cultos, missas). Assim, pode-se citar que o preconceito racial se concretiza com atitudes de evitação, agressões físicas e por separação espacial. De acordo com Munanga (2010, p. 169) foi o que ocorreu com “Nelson Mandela, que passou 27 anos de sua vida ativa na prisão, por ter desafiado o apartheid, regime de segregação racial implantado na

África do Sul a partir de 1948". Diversos são os casos históricos de racismo, até mesmo nos Estados Unidos.

Para se compreender mais sobre os modos com os quais o racismo se apresenta, aqui serão evidenciados alguns tipos de racismo do nosso cotidiano: racismo religioso, racismo institucional, racismo individual e racismo estrutural. O racismo religioso pode ser considerado uma das vertentes do racismo cultural, o qual tem por objetivo principal que uma cultura se comporte como superior às demais. Ele pode ser presenciado através de crenças, idiomas, costumes, danças, sotaques etc.

Conquanto, o racismo religioso se refere, especificamente, às "práticas nas quais determinadas características negativas são atribuídas a um grupo ou comunidade religiosa, de modo a torná-los alvo de discriminação." (LIMA, 2019. p. 25) Visualiza-se essas atitudes racistas, por exemplo, quando um evangélico ou católico vem expor sua indignação pela Umbanda, tais procedimentos podem acontecer no meio do templo religioso. No blog Geledés, Rennan Leta (2020) vem abordar que:

Até hoje a Umbanda e Candomblé sofrem pelo fato de não terem um livro base – como a Bíblia para os cristãos. Por este motivo, a maior parte da população acaba não conhecendo realmente os costumes, tradições e dogmas destas religiões. O resultado é que a ignorância acaba virando violência.

Uma das maneiras que evidencia significativamente a discriminação é o *racismo institucional* que acontece em/por instituições onde o objetivo é marginalizar, maltratar e infringir os negros (exemplo disso destaca-se os âmbitos de trabalho e educação). É de conhecimento geral a pouca inserção do negro no meio artístico como ator, artista plástico, jornalista:

o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade (ALMEIDA, 2019, P. 27)

O racismo individual acontece através de atitudes e pensamentos pessoais, inclusive relacionados a estereótipos. Dessa maneira, "a concepção individualista pode não admitir a existência de 'racismo', mas somente de 'preconceito', a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política." (ALMEIDA, 2019). A pessoa racista não acredita que exista o racismo, por esse motivo

exerce o preconceito em falas e atitudes que comprovem que não admite tal característica no outro sujeito.

Uma concepção do racismo vista desde sempre, evidenciada por Silvio Almeida, é o racismo estrutural que, de acordo com Ribeiro (2019, p. 1):

[...] decorre da própria estrutura social, do modo como se constituem as relações sociais, políticas e econômicas. Nessa [...] concepção, o racismo deixa de ser uma patologia social ou um desarranjo institucional, mas sim um componente histórico e político que possibilita a discriminação racial sistemática de indivíduos na atualidade. Trata-se de um processo histórico, pois o racismo esteve presente na formação da sociedade brasileira, sustentando processos econômicos e organização social através de um período terrivelmente longo de escravização e segue até hoje. E trata-se de um processo político, pois influencia a organização da sociedade e a distribuição do poder de forma desigual.

O racismo estrutural tem se tornado bastante destacado e discutido, pois se trata do preconceito racial praticado ao longo dos anos. Um dos meios que esse modo de racismo pode se apresentar é em palavras e atitudes pejorativas existentes no nosso dia-a-dia, por exemplo: mulato ou pessoa de cor (que vem propor que o reconhecimento racial seja extinguido).

Destacar que o negro nunca conquistou um lugar merecido, como um trabalho de suma relevância e de destaque, possibilitar e apoiar que seu salário seja inferior aos brancos e aos demais e disponibilizar vagas mais desfavorecidas, por conta da visão que ainda se tem de se interligar o processo escravagista à atualidade, são modos de racismo estrutural.

2.3. Importância dos Movimentos Sociais Negros

É de suma importância, preliminarmente, saber que, quando se menciona um movimento social, refere-se a um conjunto de manifestações desenvolvidas através de um determinado grupo de pessoas que tem por finalidade a resistência e conquista dos direitos que eles possuem, mas não são reconhecidos e valorizados.

Quando se fala de racismo ou preconceito racial, é inevitável não fazer relação ao Movimento Negro Unificado (MNU). De acordo com Domingues (2007, p. 2), o Movimento está ligado

a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das

discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Pode-se evidenciar que o objetivo principal do MNU é garantir direitos às pessoas negras. O MNU foi fundado no dia 18 de junho de 1978 e exposto ao público no dia 7 de julho do mesmo ano em um evento que aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo no mesmo período da ditadura militar.

Inicialmente, destaca-se que, logo após o início do tráfico negreiro para o nosso país, é notória, entre os anos de 1879 e 1880, a presença de determinados grupos que objetivavam fazer da emancipação dos escravos um marco político. A exportação de novos negros da África para o Brasil se extinguiu a partir da promulgação de uma decisão tomada pelo então ministro da justiça Eusébio de Queiroz. A lei desenvolvida ficou conhecida pelo seu próprio nome ou lei nº581 (de 5 de setembro 1850):

Art. 4º A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunais com as penas declaradas no Artigo segundo da Lei de sete de novembro de mil oitocentos trinta e hum. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos Artigos trinta e quatro e trinta e cinco do Código Criminal.

No dia 13 de maio de 1888, acontece um fato histórico: a assinatura da Lei Áurea que declara extinta a escravidão no território brasileiros. Negros que eram escravos deixam de ser expostos como algo insignificante e passam a ser vistos como seres humanos.

É de conhecimento geral que a Lei Áurea serviu como uma parte essencial da cidadania para os negros. Contudo, vê-se que não contribuiu nem visou a inclusão dos ex-escravos na economia, educação, entre outros sistemas.

No ano seguinte, observa-se a Proclamação da República no Brasil, a qual veio desenvolver um sistema político, não garantindo ganhos e conquistas para os negros, mas continuando a dar espaço para a discriminação e segregação. Como meio de intervir na situação que enfrentavam, de acordo com Domingues (2007, p. 103) "os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando, inicialmente, dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação." Salienta-se que ambos os clubes e movimentos eram organizados por um número significativo de negros e negras.

Em 1931, o movimento negro teve uma grande conquista, a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo. É de suma relevância destacar que a mulher

teve um papel primordial na luta pelos direitos referente à população negra, pois elas eram as mais assíduas e constantes.

No ano de 1964, ambos os movimentos sociais perderam a visibilidade e acabaram sendo afetados pelo golpe militar. Somente por volta dos anos de 1978, o movimento negro volta a se reerguer com a implantação do MNU. De acordo com Domingues (2007, p. 13):

[...] o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras, e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola.

Tais contribuições vieram a favorecer um discurso mais extremo e claro referente à discriminação racial do Movimento Negro Unificado, pois veio despertar a importância de se haver uma resistência e luta pelos direitos das classes consideradas inferiores.

3 A DOCÊNCIA FRENTE AO RACISMO EM SALA DE AULA

Inquestionavelmente, apesar das diversas mudanças e avanços nas situações de vida e na atuação das mulheres em todo o mundo, vale ressaltar que, desde os anos 1960, tornou-se evidente que a mulher negra continua, mesmo que indiretamente, sendo discriminada, tanto como mulher quanto como trabalhadora (possui o último lugar na escala social). A mulher, atualmente, é aquela que mais sustém, injustamente, as desvantagens do sistema nacional de educação. Assim, evidencia-se menor índice de escolaridade e desigualdade salarial, conforme aponta Silva e Maria (2012, p. 160).

Mesmo com diplomas de curso superior, poucas mulheres negras conseguem exercer a profissão para a qual estudaram com sacrifícios. Muitas são aquelas que, não conseguindo trabalho depois de formadas, têm que continuar executando tarefas como empregadas domésticas, faxineiras, diaristas.

É algo que, atualmente, se presencia de um modo bem escancarado. Pessoas negras possuem poucas oportunidades desde seu processo educacional na infância, momento que sentem o impacto dos demais alunos que trazem seus conceitos e preconceitos de sua própria vivência. Além disso, percebe-se a pouca inserção de negros nas universidades públicas do nosso país.

Jacques d'Adesky (2009, p. 66) vem destacar que o negro, desde quando nasce, é tido pela sociedade como menos favorecido e inferior em relação aos demais grupos:

Somente aqueles dotados de talentos excepcionais, como Pelé, ou como Marina Silva e Benedita da Silva, primeiras senadoras negras brasileiras, ou que são beneficiados por circunstâncias favoráveis como o jornalista Raimundo de Souza Dantas, nomeado embaixador em Gama nos anos 60, conseguem chegar ao topo da escala social.

Tendo em vista a atual repercussão do racismo em nossa sociedade, vale destacar que tal ação, como evidenciada acima, não somente se distingue em espaços não formais, mas também está evidente nas instituições escolares onde as vítimas são os alunos. No entanto, não se pode esquivar do preconceito praticado pelo educadores. Segundo Santos (2007, p. 10), “[...] embora a escola, não seja meramente reprodutora das desigualdades raciais, acaba reafirmando estigmas e

estereótipos sobre os negros.” É de suma importância a descontração dos preconceitos que as crianças trazem de casa para o âmbito educacional, opiniões que tentam impor às demais o que é "certo". Para Canen e Xavier (2011, p. 642), a

[...] noção de cultura é um aspecto essencial para o desenvolvimento de uma análise das relações sociais e seus determinantes, o que implica um novo olhar sobre o papel constitutivo e central da cultura na sociedade e na formação das identidades, dentre elas a identidade docente.

De acordo com os autores, a educação é excepcional no combate à desigualdade racial que está presente e/ou estabelecida desde o ensino infantil nas escolas. Assim, os educadores devem auxiliar na construção de um pensamento étnico e crítico de cada educando, constituindo a valorização das diversas culturas e raças presente em nosso país miscigenado.

Segundo Carlos Hasenbal (1998), as pessoas negras recebem menos oportunidades que os brancos, mas se houverem oportunidades, preservar as posições conquistadas tornou-se um grande desafio. Para ele, o antagonismo de classe ou a estratificação social não deve ser utilizada para explicar a pequena participação dos negros e mulatos, principalmente no mercado de trabalho.

No blog Aquilombando DFE³, Viviana Santiago (pedagoga, negra, nordestina) vem expor uma situação que enfrentou em um âmbito educacional, a qual havia sido convidada para desenvolver um projeto cujo título é *Descobrimo a África que está em nós*. Esse trabalho objetivava a elucidação de conhecimentos referentes à África, sua cultura, crenças e costumes.

No primeiro dia desenvolvendo seu projeto, ela se deparou com algumas crianças apontando para o seu cabelo, o que a levou a questionamentos internos, pois a maioria das crianças que estavam zombando eram em sua maioria negras e estavam apontando para uma mulher que era negra. Entretanto, ela decidiu manter calma e voltar à sala das crianças. Ao chegar à porta da sala, ela escuta, em claro e bom som, a professora efetiva da turma explicar o conteúdo, então decide bater na porta e o mesmo acontece novamente. Todas as crianças olham para ela estranhando-a e indagando-a de onde ela era e porque o cabelo dela era daquele modo. Foi quando ela percebeu que havia chegado o momento de explicá-los,

³ Disponível em: <https://aquilombandodfe.blogspot.com/2014/10/e-quando-mulher-negra-e-professora-um.html>

convidando-os a participarem do projeto que ela estava desenvolvendo na escola. Inicialmente, foram abordados os diversos tipos de cabelos crespos através de fotos da família.

Por meio dessa aula, ela pôde inspirar seus alunos e se surpreender ao ouvir a aluna que sentava no canto da sala (negra) dizer que gostaria de ser africana. Com tal experiência ela ganhou seu dia, pois conquistou o respeito da turma e admiração. Segundo Negreiros (2017, p. 4), é primordial:

formar os professores para ministrarem disciplinas que contemplem a perspectiva negra na história, cultura e sociabilidade do País, assim como saibam combater e discutir sobre o racismo e seus efeitos (dentro e fora do ambiente escolar), e finalmente propiciar a reeducação para relações étnico-raciais plurais e diversas.

A autora vem expor a importância de se haver uma preparação com os/as docentes, visando a elaboração de conteúdos e práticas que venham combater todos os tipos de racismo e suas consequências, reeducando os discentes para o convívio e interação com a pluralidade étnico-racial e priorizando o respeito e o desenvolvimento social.

Diante do exposto, se faz indispensável que a população brasileira, desde seus primeiros anos na educação básica, passe a compreender a miscigenação existente em nosso país. Daniela Diana (2019) vem afirmar que:

A Cultura Brasileira é o resultado da miscigenação de diversos grupos étnicos que participaram da formação da população brasileira. A diversidade cultural predominante no Brasil é consequência também da grande extensão territorial e das características geradas em cada região do país.

Percebe-se que muitas crianças negras, quando ingressam na escola, se deparam com o preconceito referente a sua cor, seu cabelo e demais características tidas como “diferentes”, acabam se ausentando e até desistindo de continuar os estudos. De acordo com Cavalleiro (1998, p. 52):

O silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acabam por vítima aos estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, podem estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com sentimento de superioridade.

É de suma importância exercer o antirracismo em sala de aula, enfatizar aos educandos que o Brasil é um país miscigenado não somente etnicamente, mas também culturalmente, ou seja, não há uma raça ou cor dominante em nosso país. É possível constatar descendência entre indígenas, negros, europeus, entre outros grupos étnicos.

Assim, dentre os meios que o docente pode utilizar para trazer esse conteúdo de modo claro, pode-se citar: aulas expositivas e dialogadas (onde vai despertar nos discentes a importância de se haver um debate sobre o tema), projetos de intervenção, palestras que tenham o intuito de reunir professoras negras na instituição (apresentando sua trajetória e vivências escolares), entre outras possibilidades, sempre destacando o respeito pelo educador e colega negro.

Sabe-se que, mesmo abordando em sala de aula este tema, ainda persistem pessoas que priorizam a desigualdades entre os brancos e negros, possibilitando o aumento do preconceito racial, o qual é considerado por lei um crime inafiançável. Segundo a lei nº 7.716 (assinada em 5 de janeiro de 1989), são considerados atos racistas:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. [...] § 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Portanto, precisa-se dar ênfase ao respeito às demais raças, etnias, culturas, religião. A desvalorização da mulher negra educadora se inicia desde a sua formação acadêmica nas universidades públicas e privadas. Quando fala-se da inserção de pessoas com raças e etnias distintas das ditas “padrões”, é evidente que o tratamento acaba sendo diferente das demais, podendo isso ser constatado nas vagas dos processos seletivos, os quais disponibilizam um total de oportunidades bem inferior aos demais.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa de cunho qualitativo em educação é de caráter exploratório. De acordo com Gil (2002, p. 41), este tipo de pesquisa tem por objetivo principal “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito a construir hipóteses.” Através dela será possível aprofundar conhecimentos sobre o racismo, possibilitando refletir e desenvolver meios para sua minimização no contexto educacional.

Além disso, configura-se, também, como estudo de campo. Segundo Gil (2002, p. 53), pode-se afirmar que a pesquisa de campo: “[...] é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.” Com o desenvolvimento desta pesquisa, estabelece-se um contato direto e indireto com as colaboradoras, mesmo que virtualmente. É essencial estar atentos a todos os acontecimentos do nosso dia-a-dia e estudar os motivos do porquê eles ocorrem.

4.1. Instrumento de pesquisa

Devido à impossibilidade de ir à escola causada pela pandemia da covid-19, a aplicação do questionário aconteceu por meio da plataforma *Google Forms*. Foi aplicado um questionário específico para a gestão escolar atual juntamente com a coordenação pedagógica e outro para professoras. Esse questionário tinha 12 questões com foco principal na opinião de ambos sobre a discriminação racial dentro do âmbito escolar.

Gil (2008, p. 121) indica que o questionário se refere a “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com propósito de obter informações sobre conhecimento, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento, presente ou passado etc.” Por meio do questionário, obteve-se contato com as colaboradoras e com seus pensamentos, indagações e práticas profissionais realizadas para minimização das causas de preconceito racial.

A problemática da covid-19 trouxe a impossibilidade de sair de casa e o fechamento das escolas. Essas instituições ainda estão parcialmente fechadas, considerando que poucas cidades iniciaram o processo de ensino híbrido, o que dificultou a vida de quem precisou realizar alguma pesquisa, principalmente envolvendo o âmbito educacional. Por esse fato, o trabalho foi desenvolvido pelo

aplicativo de mensagens instantâneas, *WhatsApp*, com as professoras e gestora da instituição escolhida.

O primeiro contato com as colaboradoras ocorreu de maneira virtual. Inicialmente, foi realizado um contato prévio com a gestora escolar, a qual se responsabilizou por encaminhar o questionário no grupo interno dos professores e coordenador pedagógico. No dia 23 de agosto de 2021, foi abordado o tema da pesquisa e encaminhado o link do questionário a gestora. Vale enfatizar que se disponibilizaram a responder 2 educadoras – uma delas atua nos 4º e 5º anos do ensino fundamental e a outra docente leciona atualmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – e a própria gestora da instituição.

Realizados os contatos, começou a elaboração do questionário que foi desenvolvido por temas. Houve o levantamento do perfil de cada colaboradora e as 12 questões tinham ênfase no posicionamento de cada uma delas frente à discriminação racial dentro da sala de aula e nos casos que chegam à gestão, quais meios costumam utilizar para minimizar atos racistas, o que pensam a respeito das mídias em relação ao assunto em questão, se já presenciaram ou vivenciaram brincadeiras pejorativas por parte dos discentes e colegas de profissão, entre outros questionamentos que possibilitaram a reflexão de ambas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com principal intuito de aprofundar e compreender sobre a discriminação racial dentro dos âmbitos educacionais, contra e entre os educadores, foi desenvolvido um questionário que possibilitou a constatação de que realmente acontece um modo de racismo que costuma ser pouco destacado e estudado em nosso país. Em princípio, poderia se presumir, erroneamente, que o racismo se restringe somente aos discentes, porém é perceptível que, mesmos com um histórico de conquistas e contínuos sinais de avanços sociais, a discriminação racial ainda está presente na contemporaneidade, apresentando-se de diversas maneiras e em distintos contextos. Possibilitando, por conseguinte, que a discussão da temática étnico-racial, sua história e características se torne de suma importância.

5.1. Perfil das Colaboradoras

Inicialmente, será abordado o perfil das colaboradoras que se propuseram a responder ao questionário virtualmente aplicado, possibilitando conhecer suas trajetórias profissionais. Em vista disso, torna-se importante salientar que, objetivando a preservação da identidade das professoras e da gestora, foram utilizados pseudônimos para caracterizá-las.

Quadro Demonstrativo 1- Perfil das colaboradoras da pesquisa

Nome/ idade	<i>Margarida- 45 anos</i>
Formação e instituição que se formou	<i>Pedagogia e Letras- Português (UEPB), Pós-Graduação em Linguística e Literatura pela FIP- Patos</i>
Tempo e em que série	<i>Professora efetiva desde 2012. Atualmente é professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ministrando na primeira fase. Neste público ensinamos e aprendemos, pois eles levam seu conhecimento de vida e aprimoramos com a leitura e a escrita.</i>
Estado civil	<i>Casada</i>
Número de filhos	<i>02 filhos</i>
Como se identifica em relação sua cor	<i>Parda</i>
Segue alguma religião	<i>Católica</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Ao observar o perfil da professora Margarida, é perceptível que, apesar de sua longa jornada em sala, ela frequentemente busca se profissionalizar e se capacitar na docência. Deste modo, percebe-se que é muito importante o educador manter-se atualizado diante das mudanças que acontecem e aconteceram no meio educacional. Por isso, afirma-se que a pesquisa é uma indispensável aliada para o ensino, segundo Freire (1996, p. 16):

Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Tendo em vista o posicionamento anteriormente apresentado, inquestionavelmente se constata que a educação é composta por indagações e pesquisas, evidenciando, assim, que o docente deve investir em seu desenvolvimento profissional. A busca constante por conhecimentos gera, por conseguinte, docentes atualizados e aptos para, além de ensinar, educar.

Posteriormente, a professora Margarida expõe que ensina e compreende a EJA como uma modalidade de educação primordial, dado que auxilia e possibilita às pessoas que não tiveram condições de concluir seus estudos um olhar especial para a sua vida estudantil a fim de que concluam com êxito tanto o ensino fundamental quanto o médio, contribuindo para posteriormente, se assim objetivarem, ingressarem em uma universidade. A colaboradora evidencia que, com o público adulto, ela ensina e aprende, ou seja, ocorre um compartilhamento de saberes.

Quadro Demonstrativo 2- Perfil de Orquídea

Nome/idade	<i>Orquídea- 33 anos</i>
Formação e instituição que se formou	<i>Licenciada em História pela UEPB, tenho curso Normal do Magistério. Especialização e Mestrado em Educação.</i>
Tempo e em que série	<i>Trabalha em sala de aula há 9 anos, com turmas de 4° e 5° ano do fundamental I.</i>
Estado civil	<i>Casada</i>
Número de filhos	<i>2 filhos (menina de 6 anos e menino de 4 anos).</i>
Como se identifica em relação a sua cor	<i>Parda</i>
Segue alguma religião	<i>Sem religião.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Por meio das respostas da segunda colaboradora, percebe-se que ela possui o mesmo tempo de atuação em sala de aula que Margarida, ou seja, 9 anos. Ela cita que tem o magistério, é formada em História e possui Mestrado em Educação.

No que se refere ao magistério, destaca-se que não está ligado a um curso superior, mas pode ser considerado nível médio e tem como intuito principal habilitar o professor para atuar na Educação Infantil. O magistério é para muitos professores e professoras a porta de entrada no mercado de trabalho. De acordo com Tardif e Raymond (2000, p. 210), "a aprendizagem do trabalho passa por uma escolarização mais ou menos longa cuja função é fornecer aos futuros trabalhadores conhecimentos teóricos e técnicos preparatórios para o trabalho". Os autores se referem ao magistério e sua duração, que é em torno de 4 anos, para, assim, poder exercer a função.

Quadro Demonstrativo 3- Perfil de Violeta

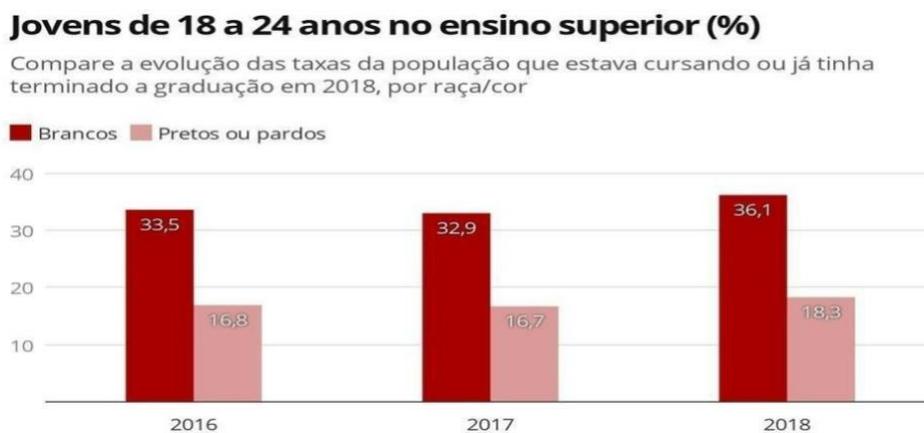
Nome/ idade	<i>Violeta 33 anos</i>
Formação e instituição que se formou	<i>Pedagogia e Letras- Português (UEPB) e especialista em Psicopedagogia pela faculdade FAISA.</i>
Tempo e em que série	<i>Professora efetiva desde 2012. Já foi gestora por 2 anos em uma pré escola que atendia turmas de Pré-I e Pré-II. Atualmente é gestora pela segunda vez, agora em uma escola de turmas de ensino fundamental I e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).</i>
Estado civil	<i>Casada</i>
Número de filhos	<i>Não tem filhos</i>
Como se identifica em relação sua cor	<i>Negra</i>
Segue alguma religião	<i>Católica</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Pode-se observar que Violeta, como as demais colaboradoras, tem uma imensa trajetória em sala de aula e antes de atuar na devida instituição já havia sido gestora de um âmbito nas modalidades oferecidas: Pré-I, Pré-II e ensino fundamental I. Entre as colaboradoras somente ela se autodeclara negra. Contudo, levanta-se o questionamento: Por que visualiza-se pouca inserção de educadoras e profissionais negras na educação brasileira? Para responder a essa pergunta, é primordial enfatizar

que o desfalque dessa inserção se inicia por meio das vagas de ingresso a cursos superiores para pessoas negras, a qual, por muitos anos, tinha números inferiores.

Figura 1: Jovens no ensino superior (2016 a 2018)



Fonte: dados do IBGE (2019)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta um significativo progresso na inserção de pessoas que se autodeclaram negras ou pardas no ensino superior, isso em relação ao ano de 2016 até 2018. Porém, vale destacar que ainda se refere a um número inferior em relação à quantidade de pessoas negras inseridas no ensino superior, pois deveriam ofertar vagas igualitárias tanto para brancos quanto para negros, ou seja, a mesma quantidade de vagas para ambos, mas sabe-se que as oportunidades são distintas.

5.2 Sobre Discriminação Racial e Prática Docente

Neste tópico, serão descritos os pensamentos das participantes em relação ao preconceito racial. Com isso, se perceberá como tais atitudes preconceituosas se apresentam dentro da sala de aula, enfatizando se em algum momento da formação e atuação já foi possível presenciar algum ato racista diretamente. Ademais, serão vistas as práticas pedagógicas que as colaboradoras utilizam para minimizar brincadeiras pejorativas praticadas pelos discentes e colegas de profissão.

Quadro Demonstrativo 4- Em sua opinião o Brasil é um país livre de discriminação racial? Justifique sua resposta

Margarida	<i>Não, porque ainda há discriminação; entre brancos, negros, classes sociais, dentre outros.</i>
------------------	---

Orquídea	<i>Não, infelizmente são frequentes os casos de discriminação racial</i>
Violeta	<i>Em nenhum momento de sua história fomos um país sem discriminação, ao contrário, nos dias atuais estamos vivenciando um tal de racismo velado, onde algumas pessoas se usam de não ter conhecimento ou não querer conhecer temas do cotidiano, usando um pouco de empatia; por isso acham que não estão praticando discriminação, seja racial, social, religiosa, sexual...ai sofremos todos os dias na pele, pelo olhar, pelos gestos, pelo semblante, pela reação quando vê principalmente um negro em lugar que topologicamente não seria destinado uma pessoa de cor.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Ao serem questionadas sobre os discursos que afirmam que “o nosso país é livre de discriminação racial”, as três (3) colaboradoras responderam que não, pois existem diversos e múltiplos casos de discriminação tanto cultural, sexual, religiosa e principalmente racial. Sobre discriminação racial, Sant’ana (2005, p. 63), afirma que:

Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos, e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública.

A discriminação racial, como exposto pela gestora, tem se tornado cada vez mais evidente, seja de modo oculto e “velado”, nos quais as pessoas praticam crime de racismo, mas acreditam que é normal e que, pelo contrário, não houve discriminação alguma.

Cotidianamente, tem-se contato com pessoas que geralmente falam palavras ofensivas e dizem que “não foi por maldade”, “não fui racista, porque eu tenho um irmão negro”, “longe de mim ser racista ou preconceituoso”. Porém, através de expressões como essas, geralmente tidas como “brincadeiras”, pode existir um teor de preconceito que, muitas vezes, passa despercebido. A criança negra, quando ingressa na escola, acaba se deparando com casos assim em que muitos outros alunos procuram enfatizar suas características físicas, questioná-las e até praticar bullying com elas devido ao fato de serem negras.

No tocante aos professores, ainda existem muitas limitações que impossibilitam uma prática docente que contribua com os debates contrários aos discursos e atos racistas e de discriminação racial racistas, uma vez que a sociedade é fruto de uma educação pautada nos valores de tudo aquilo que envolve os homens brancos. Dessa

forma, o preconceito também existe por parte de alguns docentes, conforme aponta Munanga (2005, p.16):

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco.

Os preconceitos, por parte de professores, também é causa de evasão escolar que está diretamente ligada às diferenças sociais, culturais e étnicas. Daí a importância de ter uma formação docente inicial e continuada problematizadora e que possibilite ao próprio professor conhecer suas origens étnicas e, talvez assim, ele possa repensar seus próprios preconceitos. É preciso atenção, ainda, para a forma as representações negras que ainda existem nos livros didáticos, dentre as quais os alunos não se enxergam da forma que é colocada nos livros, uma vez que, em sua maioria, é de forma pejorativa e apresentada exclusivamente pela visão dos brancos.

Quadro Demonstrativo 5- Marque a opção que mais se aproxima do que você entende por diversidade étnico-racial

Margarida	<i>Multiplicidade de etnias e diversidade racial;</i>
Orquídea	<i>Multiplicidade de etnias e diversidade racial;</i>
Violeta	<i>Vejo a diversidade étnico-racial um meio de buscar respeito e apresentação do seu ser. Mesmo que ainda de forma simbólica e algumas vezes resumida, mas já possível mostrar sem medo nossas origens e assim conquistar respeito e empatia pelas diversas culturas, crenças e pensamentos.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Nesta pergunta de múltipla escolha sobre a questão da diversidade étnico-racial, duas (2) professoras definiram o tema como sendo a “Multiplicidade de etnias e diversidade racial”. Violeta apresentou seu próprio entendimento acerca da diversidade racial como sendo um meio de alcançar respeito, o que é resultado de uma luta constante.

A partir da compreensão de Violeta, pode-se dizer que hoje (poucas vezes, perto da importância desse tema) debate-se sobre as origens. O respeito à diversidade racial refere-se ainda a um modo de se conquistar e ter empatia com o próximo, tendo conhecimento das demais culturas, religiões e pensamentos. No

tocante ao contexto escolar, quanto às professoras e gestores, é de extrema relevância que se tenha um saber referente à diversidade racial existente em nosso país, dando ênfase ao histórico de resistência e os direitos conquistados. Segundo Munanga (2005, p. 18):

a formação de professores que não tiveram em sua base de formação a História da África, a cultura do negro no Brasil e a própria história do negro de um modo geral se constitui no problema crucial das novas leis que implementaram o ensino da disciplina nas escolas.

Tendo em vista o exposto acima, afirma-se que o (a) professor(a) que tem um conhecimento mais elevado nas áreas referente à cultura negra, estará contribuindo de maneira positiva para que o aluno se reconheça como sujeito no desenvolvimento de uma sociedade que busca a equidade e enaltecimento racial, pois fará com que o aluno tenha contato com a história do negro e sua constante luta.

Ao serem indagadas se na rotina de sala de aula ou escolar elas já perceberam, por parte dos discentes ou colegas, expressões ou ‘brincadeiras pejorativas’ que conotam imagem negativa da pessoa negra, Margarida apontou que “*Sim. Inclusive entre profissionais que excluem outros colegas*”. Já Orquídea afirmou que “*ainda não*”. Foi possível verificar que, embora uma das colaboradoras ainda não tenha presenciado tais atitudes, com Margarida ocorreu diferente, pois ela constatou não somente entre os alunos, mas também no meio do corpo docente.

Segundo Araújo e Bernardes (2012, p. 529):

O racismo é algo que está arraigado no cotidiano escolar, deixando marcas profundas em crianças e adolescentes negros. Esse silêncio sobre o racismo muitas vezes é usado estrategicamente para se tentar evitar o conflito étnico, em sua grande maioria essa ação não surte muito efeito, pois, os problemas só irão se agravar ainda mais.

Tendo em vista o exposto pelas autoras, vale enfatizar que o racismo não afeta somente o público discente, mas também os professores que estão todo dia enfrentando situações de inferioridade frente a frente no contexto educacional, primeiramente por ser educador e por sua aparência física, principalmente pela cor. Trata-se de pessoas que também sofrem o racismo, porém são mínimos os trabalhos que tratam do tema no contexto acadêmico. Tais brincadeiras, para Gomes (1996, p. 69),

[...] pode ser observada em frases aparentemente inocentes e tão presentes no imaginário e nas práticas educativas da nossa escola, como por exemplo: “Esta aluna é negra, mas é tão inteligente!” “Eu pensava que a professora do meu filho fosse assim... mais clarinha!” “A professora usa caneta preta porque é preta.

Hoje se tem um vasto debate, nos quais "brincadeiras" feitas de maneira isoladamente ou em coletivo estão diretamente ligadas a atos de racismo e preconceitos diversos, dentre eles o racial. Tais atitudes são denominadas como racismo recreativo. De acordo com Moreira (2019, p. 56), é possível afirmar que:

[...] o humor racista tem um papel importante na perpetuação do racismo enquanto sistema de opressão: a reprodução de ideologias sociais que pretendem manter uma determinada ordem racial. O humor expressa e consolida sentidos sociais que operam de forma similar em outros contextos da vida dos indivíduos. Os estereótipos negativos presentes em piadas racistas são os mesmos que impedem o acesso a oportunidades profissionais e acadêmicas.

No contexto de sala de aula, é comum presenciar os alunos deixarem transparecer quando não se dão bem com alguém e deixam mais evidente quando estão querendo inferiorizar essa pessoa por conta de sua raça, cor ou gênero. Em algumas situações, o preconceito racial é mais sutil e não faz referência à cor da pele especificamente, mas associa habilidades e competências ao fator etnia, exemplo: “é negro, mas é inteligente”, “é negra, mas é educada”. Esses binarismos, muitas vezes, carregam em si práticas racistas e são também arraigadas de preconceitos.

Na tentativa de ampliar as provações realizadas a partir do questionário, buscou-se conhecer também a opinião da gestora (Violeta) a respeito de preconceito racial nos espaços escolares. Ela respondeu o seguinte (ver quadro abaixo).

Quadro Demonstrativo 6- Durante o tempo que você está atuando na gestão da escola, você já presenciou preconceito racial contra educadores negros da instituição? caso não e fora dela ou em outra instituição? Explique

Não. Mas em outra sim. Eu mesma, quando lecionava em outra instituição, sempre precisei fazer mais para mostrar que sabia o que fazer, pois em uma determinada situação um aluno meu que sua mãe era a gestora da escola, e à criança dizer que eu a tinha deixado sem recreio, ela foi tirar o aluno da sala e ao chegar em casa disse ao menino que não gostava de mim por que esse povo preto gosta de aparecer. (VIOLETA,2021).

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Algumas questões foram desenvolvidas somente com a gestora (Apêndice C) e, por meio delas, foi possível ter uma noção dessas práticas no âmbito educacional.

Quando perguntada se já havia presenciado preconceito racial entre as educadoras negras na instituição atual, ela deu ênfase que não, mas passou por uma situação constrangedora e racista em outra escola onde atuava como professora.

Nesse caso, percebe-se também o estereótipo que é colocado em torno da gestora como sendo parte de um povo que “gosta de aparecer”. Diante desse relato, fica a seguinte questão: lutar por direitos é aparecer? Buscar igualdade no mercado de trabalho e acesso à educação de qualidade para todos é aparecer? Evidencia-se, ainda no relato dela, a presença de expressões pejorativas que teve ênfase desfavorecer o seu trabalho e atitude tomada com aluno por conta de ser negra.

Enquanto responsável pela gestão da escola, o gestor tem o papel de exercer sua criticidade, posicionamento teórico e político através dos projetos e eventos que a instituição se dispõe, de modo que contribua para que o discente desenvolva sua autonomia pautada no respeito e valorização das demais raças, cores, religiões e culturas, tornando-se possível que reconheça o seu lugar na sociedade. Segundo Silva e Fonseca (2012, p. 46):

os gestores ao se manterem atentos aos direitos humanos estão transpondo da consciência individual para a consciência coletiva, o respeito aos direitos humanos e, concomitantemente cunhando as circunstâncias primordiais para o respeito às diversidades culturais, étnicas, fenotípicas/genotípicas, gêneros, entre outras.

É primordial que a escola se responsabilize por estabelecer métodos que despertem os educandos a terem contato com as demais culturas, etnias, religiões. Isso pode acontecer através de um projeto político que trabalhe a interdisciplinaridade, contribuindo para que o corpo estudantil leve para casa e compartilhe o que aprendeu, para que, assim, ambos notem que cada um merece ser respeitado.

Quadro Demonstrativo 7- Como você costuma trabalhar as questões raciais em sala de aula? Utiliza algum meio didático, como por exemplo: Gibis, charge, músicas, filmes, etc.? Explique.

Margarida	<i>Sim. Esses recursos são importantes para enriquecer e ilustrar o conteúdo bem como, atingir o objetivo que é levar o aprendizado aos alunos.</i>
Orquídea	<i>Trabalho com texto, com filme, recentemente utilizei o texto O pequeno Príncipe Preto.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Em relação aos recursos pedagógicos utilizados em sala de aula, ambas as colaboradoras afirmaram que utilizam recursos visuais como filmes, gibis e charges que são de suma relevância, uma vez que podem contribuir para a criação de percepções diversas acerca das questões raciais em nosso país. Por meio desses recursos, especificamente a literatura, é possível colaborar para o desenvolvimento dos discentes contra a propagação de padrões étnico-raciais, estéticos e morais que, muitas vezes, são normativos. Segundo Souza (2016, p. 100):

[...] a função de nos fazer ter contato com outras culturas para com elas redimensionarmos nossos campos de conhecimento, nossas práticas sociais; ela deve, hoje, constituir-se também um espaço para apresentação/apreciação de valores identitários e versões da história diferentes das hegemônicas.

Ao estarem em contato com a representação da diversidade, tanto em relação a personagens quanto a autores, os alunos perceberão a causa e os efeitos causados pelo racismo estrutural que restringe o poder, a autonomia e a produção de discursos, uma vez que, segundo Dalcastagnè (2008, p. 87) “uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do País publicados nos últimos 15 anos identificou quase 80% de personagens brancas, proporção que aumenta quando se isolam protagonistas ou narradores”. Tendo em vista tal problemática, se faz essencial buscar meios de abranger o ensino étnico-racial através desses personagens negros.

A utilização de livros, *HQ's*, charges e tirinhas que apresentam o “realismo” da diversidade que constitui a sociedade é importante para que os alunos negros se sintam representados. Por conseguinte, também chama atenção para um posicionamento capaz de intervir e alertar sobre as consequências de atos preconceituosos, através de uma leitura crítica, reprodução acrílica e formação do caráter sociais. Questionou-se à gestora da instituição de ensino se e como ela costuma lidar com casos de discriminação que chega até a diretoria e a resposta foi a seguinte:

Quadro Demonstrativo 8- Como você costuma lidar com os acontecimentos e ocorrências que chegam à diretoria, referentes ao racismo entre educandos?

Como professora, sempre busco atuar nesta perspectiva, busco apresentar aos alunos o racismo através da literatura, de vídeo e assim buscar o respeito e a empatia através de atividades práticas e não apenas na fala. Sempre que estou em sala realizo atividades que mostram a importância de respeitar o diferente e também buscar conhecer, assim também proponho enquanto gestora escolar. Preciso estar sempre ligando os três pontos, pedagógico, administrativo e geracional.

(VIOLETA, 2021)

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Uma grande aliada que a gestora vem expondo em algumas de suas respostas é a própria literatura. Vale enfatizar que anteriormente ao cargo em gestão, ela era docente da própria instituição e lecionava no 4º ano. Ela destaca que, enquanto professora, procura sempre mostrar aos alunos livros, vídeos, filmes que abordam o racismo como meio de despertá-los para o desenvolvimento do respeito e empatia pelo próximo.

A utilização desses recursos contribui para que o aluno tenha contato com a história da população negra, suas lutas e resistência, direitos negados e alguns alcançados. Tendo em vista isso, Souza (2016, p. 100) “E o convívio com tal diversidade contribuirá [...] para a convivência efetiva com a plena democracia cultural.” Entende-se, portanto, que a gestora procura aliar-se ao uso da literatura.

Em uma outra questão ela vem abordar exatamente isso, em que contexto, para minimizar prováveis atitudes racistas dentro do âmbito escolar, ela costuma utilizar a literatura: “na minha concepção é meio mais eficaz, inteligente e sutil.”

Segundo Souza (2016, p. 101) é certo afirmar:

No que concerne à literatura brasileira, os textos podem representar situações nas quais todos os povos formadores da população tenham realçada sua atuação na construção da riqueza e da história do país. Representações nas quais personagens negros, indígenas, orientais ou oriundos das classes menos prestigiadas compareçam atuando em situações diversas, não sejam reduzidos à marginalidade e à carência mas apareçam como agentes de suas vidas e de suas culturas.

Tendo em vista o pensamento da autora, pode-se enfatizar que a literatura tem uma importância significativa na construção de uma sociedade, fazendo-a valorizar e reconhecer seu contexto histórico de lutas e resistências. O que faz perceber que, embora não tenham muitos livros que retratem o negro propriamente, exercer essa ressignificação é importante, pois contribuirá para desenvolver cidadãos críticos e autônomos dispostos a lutar por uma sociedade justa e igualitárias.

Quadro Demonstrativo 9- O Projeto Político Pedagógico (PPP) contempla entre os seus componentes as discussões relacionadas à educação para as relações étnico-raciais? Se sim, em quais componentes se apresentam?

Margarida	Sim. Nas disciplinas de ensino religioso, Língua portuguesa, história, geografia. Enfim, em vários componentes.
Violeta	Sim, em todos, pois sempre buscamos fazer interdisciplinaridade com o assunto.
Orquídea	<i>Não respondeu à pergunta</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Por meio das colaboradoras, percebe-se que a escola conta com seu próprio Projeto Político Pedagógico (PPP) e que as instituições buscam atualizar-se nos temas que abordam as relações étnico-raciais e entre os componentes que se apresentam citam: o ensino religioso, língua portuguesa, história, geografia, entre outras disciplinas. Contudo, a gestora vem chamar a atenção sobre a importância de se trabalhar a interdisciplinaridade com assunto racial. De acordo com Azevedo (2011, p. 5):

Na elaboração do PPP, é necessário a adoção de princípios do multiculturalismo, coletividade, cooperação, circularidade, ancestralidade. Ao considerar que a escola consiste em uma instituição plural e, portanto, de respeito e acolhida das diferenças, é preciso que os membros da coletividade escolar, estabeleçam mesmo as atitudes a serem tomadas na escola diante de práticas de discriminação - social, cultural, racial, de gênero, econômica, religiosa, entre outras.

É importante que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola inclua todo o corpo estudantil, docente e profissional, independentemente de suas diferenças, abordando, sempre que possível, a diversidade racial, cultural, religiosa e permitindo que os alunos venham se desenvolver nas gerações futuras. (AZEVEDO, 2011).

Quadro Demonstrativo 10- Você já participou de algum curso de formação dentro da temática "diversidade étnico-racial"? Se sim, em qual instituição? Qual a natureza do curso?

Margarida	Sim, na Universidade Estadual. Aperfeiçoamento.
Orquídea	Sim, UEPB. Extensão.

Violeta	Sim, RAÇA E REPRESENTAÇÃO NOS CURSOS DE BELEZA DO BRASIL (1947-1969) pela UEPB e Gênero e Diversidade: da Escola às Políticas Públicas pela UFPB. extensão.
----------------	---

Fonte: dados da pesquisa (2021)

Quando indagadas sobre participações em cursos de formação e profissionalização na área de Diversidade étnico-racial, ambas responderam que "sim", já participaram, principalmente de cursos de extensão e aperfeiçoamento. É muito relevante o profissional da educação - educador, gestor, coordenador pedagógico - buscar qualificar-se mais na área.

É notório que, no que se refere ao ensino de diversidade racial, todas as colaboradoras têm buscado aprender mais para possibilitar criar, desenvolver e aplicar conteúdos que envolvam todo o corpo estudantil. Observa-se que a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde todas as participantes realizaram sua formação inicial, oferece cursos de extensão e aperfeiçoamento na área. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para Relações Étnicas Raciais (2004, p. 1) ressaltam que:

Na organização curricular dos cursos superiores (licenciaturas) destinados à formação de professores para a Educação Básica, a História e Cultura AfroBrasileira deve ser disciplina obrigatória, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileira.

A formação do educador não deve ser restrita a levar os alunos somente a refletir, mas sim a mudar seus atos dentro do âmbito escolar. Contudo, refere-se à uma construção conjunta com todos profissionais e famílias que compõem o corpo estudantil da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante tudo que foi apresentado neste trabalho, é perceptível que, mesmo com as mudanças ocorridas ao longo da história, o preconceito e a discriminação racial ainda estão fortemente conectados com os meios sociais e educacionais, gerando, por conseguinte, diversas consequências que ferem emocionalmente e fisicamente pessoas negras através de comportamentos desagradáveis, brincadeiras pejorativas, atitudes racistas.

Diante disso, conclui-se que é possível amplificar que tais atitudes fraturantes estão presentes nas escolas (onde, na maioria das vezes, o racismo e o preconceito se estabelece de modo oculto), nas universidades (onde a pessoa negra ingressa através da cota racial a qual, apesar de se referir a um avanço, ainda são pouquíssimas as vagas oferecidas) e no trabalho (onde o salário do negro e a vaga de trabalho é inferior aos demais). Também é perceptível que é exígua a presença de negros em cargos empresariais como gerentes, professores, atores com papéis principais, diretores, médicos e entre outros.

Quando se observa o corpo estudantil negro das escolas, é notório que atitudes racistas e preconceituosas acabam se tornando uma das principais causas da evasão escolar e, geralmente, tais ações se apresentam por meio de 'brincadeiras' que tendem a inferiorizar e discriminar, o que se denomina de racismo recreativo. Tal racismo tem se evidenciado mais em nosso país através da mídia que tende a propagá-lo.

Com a colaboração das participantes no questionário, foi possível perceber que existe discriminação racial enfrentada por educadores(as) negros(as) nas escolas brasileiras desde a sua admissão pelo governo e o município até a quantidade inferior. Posteriormente conclui-se que os pais dos alunos são os primeiros a reproduzir atitudes racistas e, mesmo se tratando de algo ruim, seus filhos irão se espelhar. Foi possível evidenciar também quantas delas se autodeclararam negras, suas religiões, o que entendem por racismo e discriminação racial. Com a resposta das colaboradoras, alguns quadros comparativos foram feitos para observar a situação do racismo nas escolas de ensino fundamental, tendo em vista o racismo com docentes, vindo da parte dos alunos ou colegas de trabalho.

A ultimato, nota-se que investir em recursos visuais diversificados dentro do contexto escolar é de suma importância, pois possibilitará que o corpo docente venha

adquirir conhecimento e valorização pela diversidade racial, cultural e religiosa, desmistificando o olhar retrógrado referente à população negra. Por isso, pode-se afirmar que a educação tem um papel fundamental na construção da identidade da criança, despertando a autonomia do indivíduo a qual será primordial para o desenvolvimento de um ambiente de respeito, consideração e aceitação de todos(as), sejam eles funcionários, educadores, educandos, porteiros, merendeiras ou gestores.

Em suma, ressalta-se que os objetivos estabelecidos inicialmente neste trabalho foram alcançados com êxito, possibilitando, assim, que, quem for estudar a temática, possa utilizá-lo como uma das referências, pois desperta, automaticamente, reflexões referentes a nossa prática pedagógica dentro do contexto educacional e dos meios didáticos que abrangem a diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sívio Luiz de. **Racismo estrutural**. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO; Ilze Arduini de; BERNARDES, Vânia Aparecida Martins. **Discriminação racial em sala de aula**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/50456634-Discriminacao-racial-em-sala-de-aula.html>>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil** — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____, **LEI 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

_____, **LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850**. (Vide Decreto n^o 731, de 14 de novembro de 1850).

_____, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC SECAD/SEPPIR /INEP, 2004a.

_____, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 5 de agosto/2021.

CANEN, A.; XAVIER, G. P. M. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 642, set./dez. 2011.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo. 1998. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/212430153/Do-silencio-do-Lar-ao-silencio-Escolar#download>>

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DIANA, Daniela. **Cultura Brasileira**. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/www.todamateria.com.br/cultura-brasileira/amp/>>. Acesso em: 8 de agosto de 2020.

DALCASTAGNÈ, R. **Entre silêncios e estereótipos**: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, v. 31, p. 87-110, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, UCAM, Rio de Janeiro, 2007, vol. 12, n. 23.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. -- 4.ed --. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41 e 53.

_____, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HASENBALG, Carlos; et al. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro. IUPERJ/Vértice, 1998.

LETA, Rennan. **Intolerância religiosa: o racismo cultural que vem desde a colonização**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/intolerancia-religiosa-oracismo-cultural-que-vem-desde-a-colonizacao/>>. Acesso em: 18 de Jul. 2021.

LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESCHI, Posando Antônio. **Ensaio sobre racismo**. Balão Editorial. 2019.

LIMA, Janaina Andrea Sousa; SILVA, Margareth Araújo e. (27 a 29 de setembro de 2016) **V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**: Epistemes e Narrativas Contemporâneas. Jataí - GO UFG - Câmpus Cidade Universitária ISSN 21781281.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo** / Adilson Moreira. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b, p. 21-38.

_____, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo**. Cadernos Penesb, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

_____. **Relações Étnico-raciais- Profº**. Dr. Kabengele Munanga. Disponível em: <<https://youtu.be/7FxJOLf6HCA>>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

NEGREIROS, D.F. **Educação das relações étnico-raciais**: avaliação da formação de docentes [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, 172 p. ISBN: 978-85-68576-94-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576946>.

MORENO, Ana Carolina. G1. **Taxa de jovens negros no ensino superior avança, mas ainda é metade da taxa dos brancos.** Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/2019/11/06/taxa-de-jovens-negros-no-ensino-superior-avanca-mas-ainda-e-metade-da-taxa-dos-brancos.ghtml>>. Acesso em: 20 de Jul. 2021.

PINHEIRO e MAIA. **Cativas do corpo, libertas pelo trabalho:** casos de mulheres de cor nas fronteiras entre escravidão e liberdade (Mariana, séculos XVIII e XIX). 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500011>

RIBEIRO, Isabelle Lopes Bitarães; FERREIRA, Melissa Drumond; JUNIOR, José Costa. **RACISMO SEM RACISTAS: ENTENDENDO O RACISMO ESTRUTURAL.** Planeta Inovação. Seminário de Iniciação Científica. 2019.

RODRIGUES, Josilene. **EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A LEI 10.639/2013: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.** Monografia. Graduação em Licenciatura em Pedagogia CCHSA/UFPB, 2017.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **Histórias e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados.** In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2 ed. Brasília, 2005, pp. 39-66.

SANTIAGO, Viviana. **E quando a mulher negra é professora? Relato pessoal.** Disponível em: <<https://aquilombandodfe.blogspot.com/2014/10/e-quando-mulhernegra-e-professora-um.html>>.

SANTOS, Ângela Maria dos. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar:** as relações raciais entre alunos negros e não-negros. Coleção Educação e Relações Raciais, vol. IV Cuiabá: EduFMT, 2007.

SILVA, Maria Luzia Santos. **PROFESSORAS NEGRAS: DISCRIMINAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS/ In: Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil / Guimes Rodrigues Filho, Vânia Aparecida Martins BERNARDES, João Gabriel do Nascimento. 1. ed.- Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lopes, 2012.p.160.**

SOUZA, Florentina. **RELAÇÕES ETNICO RACIAIS E ENSINO DA LITERATURA. Revista Temas em Educação,** João Pessoa, v.25, Número Especial, p.96-107, 2016.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade, ano XXI,** n 209 o 73, dezembro/00.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CENTRO DE HUMANIDADES DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é sobre **“REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CAIÇARA-PB”** e está sendo desenvolvida por Chirlainy Cristina Alves de Souza, aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Prof^ª. Ms. Josilene Rodrigues da Silva.

Tem por objetivo geral analisar as interferências do preconceito racial na prática docente no ensino fundamental I.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Diante da crise Sanitária Mundial, causada pelo novo Coronavírus que já ceifou centenas de milhares de vidas no mundo, que tem afetado o Brasil duramente, matando mais trezentos mil pessoas e priorizando o bem estar das colaboradoras e também desta pesquisadora, a aplicação do questionário seguirá as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que recomenda o distanciamento social, o uso de máscara, luvas, álcool em gel, viseira protetora etc. As dúvidas sobre esse questionário serão tiradas por meio do telefone celular que se encontra abaixo.

Solicitamos a sua colaboração para responder um questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura do(a) Pesquisador Responsável

Endereço da Pesquisadora Responsável:

Chirlainy Cristina Alves de Souza

Caiçara PB. CEP: 58253-000

Contatos: (83) 991958488

E-mail: chirlainy.souza@aluno.uepb.edu.br

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO- DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL I

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Questionário- docente do ensino fundamental I

Eu, Chirlainy Cristina Alves de Souza, aluna do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB – Campus III Guarabira-PB), venho por meio desta pedir por gentileza ao senhor (a) possa responder este questionário para uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o tema “**REFLEXÕES SOBRE O PRECONCEITO RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM CAIÇARA-PB**”, orientada pela professora Josilene Rodrigues da Silva.

Desde já, agradeço pela colaboração!

Atenciosamente

Chirlainy Cristina Alves de Souza

Guarabira-PB
2021

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO - DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL I



**CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO - DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Perfil da(o) docente

Nome (opcional): _____

Idade: _____

Formação: _____

Instituição em que se formou: _____

Turma que ensina: _____

Tempo de atuação em sala de aula: _____

Disciplinas que leciona: _____

Ano/série em que atua: _____

Filhos(as) _____ quantos(as)? _____

Professora do município () Estado () Outro ()

1) Estado civil:

() Casada () solteira () Divorciada () Outro: _____

2) Como você classificaria sua cor:

() Branco () Amarelo () Pardo () Indígena () Negro () Outra: _____

3) Qual sua Religião:

() Católica () Espírita () Cristã () Sem religião () Umbanda () Candomblé

() Outra: _____

Sobre discriminação racial e prática docente

4) Em sua opinião, o Brasil é um país livre de discriminação racial?

() sim () não () sem opinião formada. Justifique sua resposta:

5) Marque a opção que mais se aproxima do que você entende por diversidade étnico-racial:

() diferença cultural () divergência de culturas () contradição cultural

() oposição de culturas diferentes () multiplicidade de etnias e diversidade racial

() homogeneidade linguística e cultural dos grupos

() identidade de um grupo definida por contraste em relação a outro grupo

() outro.

Especificar _____

6) Na rotina de sala de aula ou escolar, você já percebeu, por parte dos discentes ou colegas, expressões ou “brincadeiras pejorativas” que conotam imagem negativa da pessoa negra? _____ Poderia citar alguns exemplos?

7) O Projeto Político Pedagógico (PPP) contempla entre os seus componentes as discussões relacionadas a educação para as relações ético-raciais? _____ Se sim, em quais componentes se apresentam?

8) Como você costuma trabalhar as questões raciais em sala de aula? Utiliza algum meio didático, como por exemplo: gibis, charges, músicas, filmes, etc.? Explique.

9) Você já participou de algum curso de formação dentro da temática “diversidade étnicoracial”? () sim () não. Se você respondeu “sim”: Em qual instituição?

10) Qual a natureza do curso? () Extensão () Aperfeiçoamento () Pós-Graduação lato sensu () Capacitação à distância. Quem ofertou?

11) O seu planejamento, e, em consequência, as suas aulas contemplam o uso de “didático” e discussões relacionadas à educação para as relações étnicos raciais? Se sim, como faz isso?

12) Na rotina de sala de aula ou escolar, você já percebeu, por parte dos discentes ou colegas, expressões ou “brincadeiras pejorativas” que conotam imagem negativa do negro? _____ Poderia citar alguns exemplos?

13) A instituição escolar em que você atua tem desenvolvido ações que contribuem para eliminar a imagem negativa alimentada por referências racistas do negro? _____ Quais? E em que circunstâncias (datas/eventos)?

Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE D: QUESTIONÁRIO - GESTÃO ESCOLAR



**CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

QUESTIONÁRIO - GESTÃO ESCOLAR

Perfil da gestão

Nome (opcional): _____

Idade: _____

Formação: _____

Instituição em que se formou: _____

Tempo que está na gestão: _____

Filhos(as) _____ quantos(as)? _____

Professora do município () Estado () Outro ()

1) Estado civil:

() Casada () solteira () Divorciada () Outro: _____

2) Como você classificaria sua cor:

() Branco () Amarelo () Pardo () Indígena () Negro () Outra:

3) Qual sua Religião:

() Católica () Espírita () Cristã () Sem religião () Umbanda () Candomblé

() Outra: _____

Sobre discriminação racial e ações da escola

4) Em sua opinião, o Brasil é um país livre de discriminação racial?

() sim () não () sem opinião formada. Justifique sua

resposta: _____

5) Marque a opção que mais se aproxima do que você entende por **diversidade étnico-racial**:

() diferença cultural () divergência de culturas () contradição cultural

() oposição de culturas diferentes () multiplicidade de etnias e diversidade racial

() homogeneidade linguística e cultural dos grupos

() identidade de um grupo definida por contraste em relação a outro grupo

() outro.

Especificar _____

6) Como você costuma lidar com os acontecimentos e ocorrências que chegam à diretoria referentes ao racismo entre educandos?

7) Você já participou de algum curso de formação dentro da temática “diversidade étnico-racial”? () sim () não. Se você respondeu “sim”: Em qual instituição?

8) Qual a natureza do curso? () Extensão () Aperfeiçoamento () Pós-Graduação lato sensu () Capacitação à distância. Quem ofertou?

9) Durante o tempo que você está atuando na gestão da escola, você já presenciou preconceito racial contra as educadoras negras da instituição? Caso não, e fora dela ou em outra instituição? Explique.

10) Quais meios você costuma utilizar para minimizar possíveis atos racistas dentro do âmbito educacional?

11) O Projeto Político Pedagógico (PPP) contempla entre os seus componentes as discussões relacionadas à educação para as relações ético-raciais? _____ Se sim, em quais componentes se apresentam?

Obrigada pela colaboração!